



## APRESENTAÇÃO

### Relações étnico-raciais: protagonismos negros em múltiplos territórios e contextos educacionais

Vilma Aparecida de Pinho<sup>1</sup>  
Edinéia Tavares Lopes<sup>2</sup>  
Ivy Guedes de Mattos<sup>3</sup>

O Gepiadde traz a público o volume 36, número 1, da **Revista Fórum Identidades**, referente ao segundo semestre de 2022, jul-dez. Esta edição é composta por volume temático sobre **Relações étnico-raciais: protagonismos negros em múltiplos territórios e contextos educacionais**. Nosso objetivo foi o de reunir pesquisas nacionais e internacionais que situem suas perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas nas relações étnico-raciais e na diversidade cultural. Os textos aqui presentes pautam perspectivas de resistência com práticas pedagógicas e políticas de educações capazes, refletindo sobre possíveis caminhos e estratégias de rompimento com as opressões de raça, religião, condições sociais, sexo, gênero. A Lei nº 10.639/2003 e, posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 buscam implementar conteúdos de história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares, a fim de tornar efetivas políticas de Ação Afirmativa. Os processos de implementação dessas leis são de extrema importância, uma vez que ainda hoje universidades e cursos de formação de professores negam as políticas e os conteúdos de projetos de origem antirracista. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCN-ERER) são o principal documento que fundamenta a Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER. Conforme as DCN-ERER, tais ações apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir (DCN-ERER, 2005, p. 9).

<sup>1</sup> Profª Drª Universidade Federal do Pará – UFPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2544-0841>. E-mail: [vilmaaparecidapinho@gmail.com](mailto:vilmaaparecidapinho@gmail.com).

<sup>2</sup> Profª Drª da Universidade Federal de Sergipe – UFS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3842-2092>. E-mail: [edineia.ufs@gmail.com](mailto:edineia.ufs@gmail.com).

<sup>3</sup> Profª Drª da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5104-7509>. E-mail: [ivyfirmina@gmail.com](mailto:ivyfirmina@gmail.com).

Apesar das políticas e orientações legais antirracistas, o racismo ainda é uma realidade que nos afronta cotidianamente. Todavia, acreditamos que há proposições pedagógicas e políticas que rompem ou pelo menos criam fissuras contra as violências que se pautam em concepções da “inferioridade racial” cristalizadas pelo racismo biológico do séc. XIX, que mediam as capacidades físicas, intelectuais e morais por meio das características físicas dos grupos humanos. Essas concepções continuam vivas! Porém, devemos perguntar: temos práticas que buscam romper com essas realidades? Quais são elas? Como as crianças, jovens e mulheres se envolvem nesses processos de resistências? Este Dossiê traz reflexões que se organizam em pesquisas e relatos de experiências sobre as realidades vividas por crianças, jovens e mulheres negras e homens negros nos diversos setores da sociedade: na educação escolar e não escolar; nas comunidades quilombolas; nas instituições de saúde e de segurança; nas ruas e nas comunidades urbanas.

Podemos denominar o primeiro eixo de *protagonismo de professoras antirracistas na Educação Básica e no Ensino Superior*. Com ele, apresentamos artigos que analisam as práticas criadas por professoras que criam seu contexto de formação com base em perspectivas que colocam em voga as culturas, as histórias africanas e afro-brasileiras e negras nas práticas pedagógicas, tendo seus objetivos se pautados na Educação das Relações étnico-raciais brasileiras. No primeiro texto, **Entre tramas e fios – a Educação Física e a Pedagogia Griô – extratos de uma experiência autoetnográfica**, Gabriela Nobre Bins e Vicente Molina Neto expõem uma experiência autoetnográfica de uma professora de Educação Física na RME POA. A metodologia utilizada é inovadora pois coloca em questão uma investigação sobre a prática docente com implementação de conceitos e teorias que mudam os conteúdos e métodos de ensino para perspectivas que fortalecem nossos laços com as culturas de resistências afro-diaspóricas. Nesse sentido, o texto aborda as questões étnico-raciais na Educação Física à luz de um projeto intitulado “Corpo e Ancestralidade”, desenvolvido com turmas de 8º e 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública da cidade de Porto Alegre/RS. A partir Pedagogia Griô, analisa os lugares de fala e de vivência da branquitude como espaços de privilégios; considera o elemento tempo e seu impacto na vida pessoal e profissional da docente; e contempla a maternidade e os modos de viver essa experiência que impactam na docência em Educação Física.

No segundo artigo desse bloco, **Formação inicial e educação das relações étnico-raciais: uma experiência no curso de Pedagogia da UFPA – Altamira**, Josiney da Silva Trindade e Vilma Aparecida de Pinho analisam as contribuições da disciplina “Educação, História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas” para formação inicial de professores/as pedagogos/as em Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), tendo como universo empírico uma disciplina ministrada no curso de Licenciatura

ra em Pedagogia no segundo semestre de 2021 na Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Altamira. Os resultados apontam que, apesar de diversos elementos se fizeram presentes nas produções textuais dos discentes, importantes conceitos não foram trabalhados ou apareceram de forma pulverizada, o que evidência: a) a necessidade de um trabalho mais detalhado e direcionado ao tratamento dos conceitos; b) as condições de inviabilidade do processo, devido à carga horária da disciplina ser reduzida. Nesse sentido, uma carga horária maior e satisfatória possibilitaria um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e mais consistente.

No artigo **Vivências e atuação profissional de professoras negras na esfera das relações étnico-raciais**, Crislane Barbosa Azevedo e Lucélia Silva Feliciano analisam percepções de professoras negras acerca de si e das relações étnico-raciais em sua vida pessoal e profissional como docentes. As autoras utilizam abordagens qualitativas com enfoque nos princípios da fenomenologia da percepção (MERLEAU-PONTY, 1999), assim como na perspectiva de análise de conteúdo de entrevistas (BARDIN, 2011). As narrativas das professoras expressam manifestações de trajetórias condicionadas por preconceito e discriminação étnico-raciais, mas também por superação, sobretudo em função dos seus estudos, formações acadêmicas e atuação na Educação.

O artigo **Educação Hospitalar na Transamazônica na interface protagonismo docente e a diversidade étnico-racial**, de autoria de Léia Gonçalves de Freitas, Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo e Francilene de Aguiar Parente, tem o objetivo de analisar o protagonismo docente e a diversidade étnico-racial na Educação Hospitalar na Região da Transamazônica e Xingu – Estado do Pará. Os resultados sinalizaram a necessidade de um planejamento didático das ações educativas e socializadoras atenta à diversidade étnico-racial das crianças hospitalizadas; a ausência de profissionais da educação na equipe multidisciplinar do hospital tem contribuído para a ineficiência do atendimento educacional hospitalar das crianças. Além disso, discute como a identidade é construída na socialização, ou seja, nas relações com o outro.

Denominamos o segundo eixo de artigos de *identidades, sociedade e lutas por direitos*. A questão dos direitos de povos indígenas caminha na estreita relação com reconhecimentos, territórios e identidades. Nesse sentido, o artigo **Autodeterminação dos povos originários Charruas, do Uruguai, compreendidos como sujeitos de direito internacional**, de Tiago Anderson Brutti e Leonardo Protti Hillesheim, aborda o tema da autodeterminação dos povos originários Charruas, tendo como problemática o não reconhecimento da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, por aquele Estado soberano. A abordagem desta pesquisa bibliográfica e documental é qualitativa e descritiva. Na conclusão, os autores afirmam que os indivíduos descendentes da etnia Charrua são dignos

do direito de autodeterminação e que necessitam de políticas públicas nas diversas áreas do desenvolvimento humano.

Logo depois, em **A identidade indígena em tempos contemporâneos**, Ângela Maria dos Santos Rufino, Luiz Antonio Gomes Senna e José Valderi Farias de Souza discutem a formação das identidades dos sujeitos indígenas em época hodierna. A metodologia da pesquisa é qualitativa e firma-se em um estudo teórico-conceitual e bibliográfico. A fundamentação teórica consiste, sobretudo, nos estudos de Berger e Luckmann (2008), Bessa Freire (2004), Stavenhagen (2000), Munduruku (2012), Bruner (1997), Bauman (1999) e Rajagopalan (2003). Em linhas gerais, o estudo conclui que a identidade dos povos indígenas encontra-se em crise por se situarem em um espaço de contradições e de estranheza sobre o conhecimento, o lugar e o contexto, aos quais pertencem.

O artigo com tema **Ancestralidade e deslocamentos identitários em Habitante do inóspito, de Alex Dau**, feito por Juma Manuel e Inara de Oliveira Rodrigues, problematiza a questão de deslocamentos identitários e sua relação com a ancestralidade a partir do quadro de encenação de choques entre tradição e modernidade nas narrativas que compõem a obra literária *Habitante do inóspito* (2017), do escritor moçambicano Alex Dau. À luz de uma leitura de orientação anticolonial, procura-se compreender como o autor se situa em face dos elementos identitários de natureza ritualística enquanto meios de questionamento da contemporaneidade moçambicana.

No terceiro eixo apresentaremos os artigos que problematizam *epistemologias e produções de conhecimentos* que priorizam as juventudes negras, a Educação Física antirracista e as mulheres camponesas. Em **Africanidades, corporeidade e identidades: possibilidades para ampliar estudos sobre juventudes**, Cristiano Neves da Rosa e Jorge Augusto Correa Ribeiro têm o objetivo de refletir sobre as africanidades com base nas manifestações da cultura corporal, considerando-as texto da cultura, e busca refletir sobre os estudos acerca das ideias de juventude. Enfatizam-se as africanidades na área da Educação Física e Ciências do Esporte em espaços que, semelhantes à escola, os quais contribuem para pensar em singularidades de ser e se fazer negra/o na maior diáspora da América Latina.

Na continuidade, em **A Educação Física antirracista e a luta por visibilidade dos/as afrolatinos/as como desafio curricular**, Luiz Sanches Neto e Luciana Venâncio propõem a análise crítica do currículo e das práticas pedagógicas da educação física escolar, especificamente, por meio de uma perspectiva antirracista ancorada na visibilidade afrolatina. O tema de grande relevância se justifica indicam que os/as professores/as precisam ser antirracistas para fortalecer o esforço coletivo por justiça social nas nações latinoamericanas que partilham da condição de culturas colonizadas, sociedades sexistas, economias periféricas e políticas subalternas.

Na continuidade dos debates sobre epistemologias e produções de conhecimentos, em **A (in)visibilidade da mulher camponesa nas produções acadêmicas: construção de um estado do conhecimento**, Raiane Torres da Silva e Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins analisam, por meio de um estado do conhecimento, as pesquisas acadêmicas em torno das trabalhadoras rurais, buscando compreender o papel atribuído a essas mulheres. A abordagem utilizada é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A produção do estado do conhecimento nos possibilitou conhecer os principais enfoques acerca da temática pesquisada e, a partir disso, lançar novas perspectivas de discussão. No texto seguinte, em **Qual é o (não) lugar de identidades subalternizadas na formação inicial do docente em Química?**, Elisson Lima Santos, Edinéia Tavares Lopes e Gerson de Souza Mol apresentam reflexões sobre os (não) espaços de identidades subalternizadas em um curso de graduação em Química para problematizar como tais identidades são excluídas da formação inicial do professor da área. Após a análise do Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em Química da Universidade Federal de Sergipe, Campus de Itabaiana, foi constatada a necessidade de mudanças nessa formação a fim de romper com os padrões identitários hegemônicos atuais.

O Conselho Editorial agradece a contribuição das organizadoras e dos pesquisadores/as, que possibilitaram a concretização de mais um volume voltado para dar visibilidade às questões identitárias e étnico-raciais, valorizando sempre o respeito aos Direitos Humanos. Desejamos boa leitura!

Itabaiana, 20 de dezembro de 2022.

## Referências

BRASIL. Lei 10.639/2003. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em 15 de dezembro de 2022.

BRASIL. Lei 11.645/2008. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em 15 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2005.